

CÂMARA MUNICIPAL

# Odielas

## Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XIX - N.º 13 / 2018

10 de julho de 2018



**FICHA TÉCNICA:**

**Diretor:** Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,  
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

**Propriedade e Edição:** Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,  
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

**Coordenação, Layout e Paginação:** Câmara Municipal de Odivelas  
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

**Periodicidade:** Quinzenal

**Data de publicação:** 10 de julho de 2018

**Tiragem:** 20 Exemplares

**N.º de Depósito Legal:** 263350/07

Distribuição Gratuita

**Fotos de capa:** 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,  
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,  
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,  
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

**Telefone:** 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: [www.cm-odivelas.pt/](http://www.cm-odivelas.pt/)



## ÍNDICE

### Página

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA** realizada em 27 de junho de 2018

Moção	7
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	7
10.ª Modificação Orçamental - 8.ª Alteração Orçamental de 2018	7
Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho na categoria de Técnico Superior (área de engenharia civil)	8
Abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços de seguros para o Município de Odivelas (2018/2021)	8
Preço de venda e respetivas condições referentes a habitação municipal	8
Adenda ao acordo de execução para a concretização de delegação legal de competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças	9
Adenda ao acordo de execução para a concretização de delegação legal de competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças	10
Proposta de Plano de Ação Social e Transportes Escolares (PASTE), para o ano letivo de 2018/2019	11
Perdão de dívida referente a refeições escolares	11
Aceitação, por parte do Município de Odivelas, de doação	11
Urbanização da Arroja, 1.ª fase, em Odivelas, em nome de Hagem Imobiliária S.A.	11
Alteração ao alvará de loteamento n.º 1/95, inserido na Terra da Eira, Amoreira, para o lote 10, em nome de Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora a Rainha dos Apóstolos da Ramada, na União de Freguesias de Ramada e Caneças	11
Alteração ao alvará de loteamento n.º 06/2010 e prorrogação do prazo para execução das obras de urbanização, em nome de António Sousa e Silva, Lda., inserido no Troviscal de Baixo, na União de Freguesias de Ramada e Caneças	12
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 593, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro (Casal dos Mochos), na União das Freguesias de Pontinha e Famões	12
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote A272, da Rua D. Dinis, no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	12
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 743, da Rua Hortense Luz, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	12

### **UNIDADES ORGÂNICAS**

Despachos	13
Editais	17
Decisões com Eficácia Externa	18



	Página
<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>	
<b>3.ª SESSÃO ORDINÁRIA</b> realizada em 21 de junho de 2018	
Votos de Pesar	23
Voto de Saudação	24
Moções	25
Recomendações	28
Voto de Homenagem	29
Informação escrita sobre a atividade financeira do Município	29
Prestação de Contas Consolidadas do Município de Odivelas, relativa ao ano de 2017	29
Procedimento para Contratação Pública por Concurso Público de Aquisição de Prestação de Serviços de Limpeza Urbana em várias Zonas do Concelho de Odivelas	30
Passagem dos pontos 4, 5 e 6 para serem agendados numa próxima Sessão da Assembleia Municipal	30
<b>10.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA</b> realizada em 28 de junho de 2018	
Voto de Congratulação	31
Moções	31
Propostas de Recomendação	32
Voto de Repúdio	33
Voto de Pesar	33
Desafetação do domínio público, para integrar o domínio privado municipal, da parcela de terreno, sita na Rua do Olival, Bairro Casal das Queimadas, União de Freguesias de Pontinha e Famões	34
Eleição de um representante da Assembleia Municipal de Odivelas no Conselho da Comunidade	34
Regulamento Conselho Municipal do Desporto de Odivelas	34
<b>Nota Retificativa</b>	35
<b>Anexos:</b>	
Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Odivelas	37



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**







## CÂMARA MUNICIPAL

### 13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 27 de junho de 2018

#### DELIBERAÇÕES

#### MOÇÃO

##### “SAUDAÇÃO AO MURPI”

Moção intitulada “Saudação ao MURPI”, apresentada pela bancada da CDU.

**(Rejeitada por maioria)**

#### ATAS

##### ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017 QUADRIÊNIO 2017/2021

Ata da 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, quadriénio 2017/2021, realizada a 13 de dezembro de 2017.

**(Aprovada por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 13 de dezembro de 2017)**

##### ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018

Ata da 1.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 10 de janeiro de 2018.

**(Aprovada por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 10 de janeiro de 2018)**

##### ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018

Ata da 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 18 de abril de 2018.

**(Aprovada por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 18 de abril de 2018)**

#### FINANCEIRA

##### 10.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 8.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2018

10.ª Modificação Orçamental – 8.ª Alteração Orçamental de 2018, cujos documentos farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/7484, de 2018.06.21.

“8.ª Alteração Orçamental

A 8.ª Alteração Orçamental de 2018 encontra-se devidamente calendarizada e reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.

De entre os vários movimentos de reforço, destaque para:

*-No Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente:*

No projeto “Pavilhão Multiusos”, o valor de 90.000,00€ (noventa mil euros);

No projeto “Sistemas de Rega, o valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros);

No projeto “Intervenções Diversas – Escolas Básicas 1.º Ciclo / Jardins de Infância”, o valor de 100.000, 00€ (cem mil euros).

*-No Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes:*

No projeto “Intervenções Diversas – Escolas Básicas 1.º Ciclo / Jardins de Infância”, o valor de 307.000,00€ (trezentos e sete mil euros);

No projeto “Piscinas Municipais”, o valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros);

No projeto “Trabalhos Diversos em Equipamento Desportivo”, o valor de 100.000,00€ (cem mil euros);



No projeto “Requalificação e Reabilitação de Equipamentos Municipais Creches”, o valor de 100.000,00€ (cem mil euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 1.055.921,01 Euros (um milhão cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e um euros e um centavo), verificando-se uma diminuição das despesas correntes no valor de 187.422,34 Euros (cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e dois euros e trinta e quatro centavos), por contrapartida de um acréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

### Modificação Despesa

#### Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	179.350,00	366.772,34
Total de Despesas Capital	876.571,01	689.148,67
<b>Total Geral</b>	<b>1.055.921,01</b>	<b>1.055.921,01</b>

(un: euros)

**(Aprovado por maioria)**

## RECURSOS HUMANOS

### ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL

Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho na categoria de Técnico Superior (área de engenharia civil) com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para a Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos, da Câmara Municipal de Odivelas, destinado a candidatos com ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecido, e afetação do montante de €7.339,22 (sete mil trezentos e trinta e nove euros e vinte e dois centavos) aos referidos recrutamentos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/7330, de 2018.06.20.

**(Aprovado por unanimidade)**

## SEGUROS

### ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL

Proposta de Abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços de seguros de ramos diversos para o Município de Odivelas (2018/2021), a saber: Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Autarcas; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Instalações Desportivas; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Atividades Temporárias; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Voluntariado; Seguro de Frota Automóvel; Seguro de Responsabilidade Civil Exploração; Seguro de Multiriscos e Seguro de Máquinas Casco. Propõe-se também que o referido contrato de prestação de serviços vigore pelo período inicial de 12 meses, com possibilidade de renovação por mais dois períodos iguais e sucessivos, sendo que o referido procedimento concursal tem por base o valor de €600.000,00 (seiscentos mil euros), nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/6758, de 2018.06.20.

**Carece de deliberação por parte da Assembleia Municipal**

**(Aprovado por maioria)**

## HABITAÇÃO

### VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

Preço de venda, no valor de €27.772,00 (vinte e sete mil, setecentos e setenta e dois euros) e respetivas condições, referentes a habitação municipal sita na Praceta dos Cravos, 3, 2.º Esquerdo, Arroja, freguesia de Odivelas, cujo comprador, Emílio Martins Tavares, é o titular do contrato do arrendamento da mesma, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/6620, de 2018.06.06.

**(Aprovado por unanimidade)**





## ESPAÇOS VERDES

### ADENDA A ACORDO DE EXECUÇÃO RUA FONTE CASTELO DE VIDE, CANEÇAS

Abertura de procedimento para a celebração de adenda ao acordo de execução para a concretização de delegação legal de competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças para a manutenção do espaço verde e terrenos de cedência existentes na Rua Fonte Castelo de Vide, em Caneças e respetiva minuta, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4437, de 2018.04.26.

#### “MINUTA

ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A  
CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE  
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ODIVELAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA  
E CANEÇAS PARA A GESTÃO E MANUTENÇÃO DE  
ESPAÇOS VERDES

AO ABRIGO DOS N.ºs 4 E 5 DA CLÁUSULA 2.ª  
DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho, Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, neste ato representada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Senhor Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e

A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS, pessoa coletiva de direito público n.º 510 839 088, com sede na Rua Vasco Santana 1-C, na Ramada, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Junta, Senhor Manuel António Varela da Conceição,

é celebrado o presente acordo adicional de execução para concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 2.ª do respetivo Acordo de Execução.

E após aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, nos termos da Deliberação da Câmara Municipal tomada na sua .....ª Reunião Ordinária de ..... de ..... de 2018, é subscrito e reciprocamente aceite o presente acordo adicional, o qual se rege pelos termos e cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A União das Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a gerir e a assegurar a manutenção do espaço verde e

terrenos de cedência existentes na Rua Fonte Castelo de Vide - Caneças, nos termos estabelecidos no Regulamento de Espaços Verdes Parques e Jardins da Câmara Municipal de Odivelas, sendo expressamente proibido efetuar alterações às zonas verdes, sem prévia autorização da Divisão de Gestão Ambiental/ Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O Município de Odivelas obriga-se a transferir anualmente para a União das Freguesias de Ramada e Caneças, os meios financeiros destinados ao exercício desta competência, no montante de **1.181,40 €/ano** (mil cento e oitenta e um euros e quarenta centimos), sendo fixados em função dos encargos com recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários ao bom desempenho da competência delegada, até ao final do mandato de 2017/2021, e levando em conta os custos inerentes a cada m2 de área verde a gerir e manter. No ano económico de 2018, o valor a transferir será o correspondente a seis meses, de julho a dezembro de 2018, no valor total de 590,70 € (quinhentos e noventa euros e setenta centimos)

#### CLÁUSULA TERCEIRA

A União das Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a manter a integridade das árvores existentes na zona em causa, mantendo a sua forma e crescimento natural, sendo expressamente proibido a poda sem o acompanhamento técnico dos serviços competentes da Câmara Municipal.

#### CLÁUSULA QUARTA

A União das Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a permitir que a manutenção da zona objeto do presente Acordo Adicional seja acompanhada pelos técnicos municipais bem como a cumprir todas as orientações técnicas fornecidas extraordinariamente por aqueles com o objetivo de assegurar a melhor manutenção da zona verde em causa.

Odivelas, .... de ..... de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da União das Freguesias de Ramada e Caneças”

**(Aprovado por unanimidade)**



**ADENDA A ACORDO DE EXECUÇÃO  
URBANIZAÇÃO QUINTA DO CERRADO, CANEÇAS**

Abertura de procedimento para a celebração de adenda ao acordo de execução para a concretização de delegação legal de competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças para a manutenção do espaço verde existente na urbanização Quinta do Cerrado, em Caneças e respetiva minuta, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4473, de 2018.04.27.

“MINUTA

ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A  
CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE  
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ODIVELAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA  
E CANEÇAS PARA A GESTÃO E MANUTENÇÃO DE  
ESPAÇOS VERDES

AO ABRIGO DOS N.ºs 4 E 5 DA CLÁUSULA 2.ª  
DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho, Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, neste ato representada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Senhor Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e

A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS, pessoa coletiva de direito público n.º 510 839 088, com sede na Rua Vasco Santana 1-C, na Ramada, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Junta, Senhor Manuel António Varela da Conceição,

é celebrado o presente acordo adicional de execução para concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 2.ª do respetivo Acordo de Execução.

E após aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, nos termos da Deliberação da Câmara Municipal tomada na sua .....ª Reunião Ordinária de ..... de ..... de 2018, é subscrito e reciprocamente aceite o presente acordo adicional, o qual se rege pelos termos e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A União das Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a gerir e a assegurar a manutenção dos espaços verdes existentes na Urbanização Quinta do Cerrado (Rua Padre Abel e traseiras dos lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6) - Caneças, nos termos estabelecidos no Regulamento de Espaços Verdes Parques e Jardins da Câmara Municipal de Odivelas, sendo expressamente proibido efetuar alterações às zonas

verdes, sem prévia autorização da Divisão de Gestão Ambiental/ Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Município de Odivelas obriga-se a transferir anualmente para a União das Freguesias de Ramada e Caneças, os meios financeiros destinados ao exercício desta competência, no montante de **1.041,48 €/ano** (mil e quarenta e um euros e quarenta e oito cêntimos), sendo fixados em função dos encargos com recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários ao bom desempenho da competência delegada, até ao final do mandato de 2017/2021, e levando em conta os custos inerentes a cada m2 de área verde a gerir e manter.

No ano económico de 2018, o valor a transferir será o correspondente a seis meses, de julho a dezembro de 2018, no valor total de 520,74 € (quinhentos e vinte euros e setenta e quatro cêntimos)

CLÁUSULA TERCEIRA

A União das Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a manter a integridade das árvores existentes na zona em causa, mantendo a sua forma e crescimento natural, sendo expressamente proibido a poda sem o acompanhamento técnico dos serviços competentes da Câmara Municipal.

CLÁUSULA QUARTA

A União das Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a permitir que a manutenção da zona objeto do presente Acordo Adicional seja acompanhada pelos técnicos municipais bem como a cumprir todas as orientações técnicas fornecidas extraordinariamente por aqueles com o objetivo de assegurar a melhor manutenção da zona verde em causa.

Odivelas, .... de ..... de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da União das Freguesias de Ramada e Caneças”

**(Aprovado por unanimidade)**



## EDUCAÇÃO

### PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES

Proposta de Plano de Ação Social e Transportes Escolares (PASTE), para o ano letivo de 2018/2019, após a sua aprovação inicial na 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 7 de maio de 2018, e após procedimento de consulta pública do seu projeto, por um período de 30 dias, de 15 de maio a 15 de junho de 2018, publicitado através do Edital n.º 53/PRES/2018, de 10 de maio (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9/2018, de 15 de maio, pág. 14 e pág. 17*), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/7207, de 2018.06.18.

**Carece de deliberação por parte da Assembleia Municipal**

**(Aprovado por unanimidade)**

### REFEIÇÕES ESCOLARES

Perdão de dívida referente a refeições escolares, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/6765, de 2018.06.07.

**(Aprovado por unanimidade)**

## SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

### DOAÇÃO

Aceitação, por parte do Município de Odivelas, de doação da Editora Santillana, constituída por 12 painéis e respetivos suportes, referentes à exposição “Dieta Mediterrânica”, no âmbito do Projeto “Dieta Mediterrânica em Odivelas”, com um valor total estimado em €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/7312, de 2018.06.19.

**(Aprovado por unanimidade)**

## PROCESSOS PARTICULARES

### ALVARÁ DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO N.º 1/2006 HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS CANCELAMENTO DA CAUÇÃO PROCESSO N.º 7990/U

Na sequência da deliberação da receção provisória das obras de urbanização referente ao alvará de obras de urbanização n.º 1/2006, processo n.º 7990/U, na urbanização da Arroja, 1.ª fase, em Odivelas, em nome de Hagem Imobiliária S.A., tomada na 15.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 8 de agosto de 2007, e após a execução das obras em falta, conforme o previsto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99 na sua atual redação e de acordo com a informação n.º 23/APV/2018 de 2018.06.07, constante a folhas 1192 do processo, é proposto:

A homologação do auto de vistoria constante de folhas 1187 a 1189 do processo;

A receção definitiva das obras de urbanização relativas ao alvará n.º 1/2006, em nome de Hagem imobiliária, Lda.;

O cancelamento da caução prestada como garantia da adequada execução das obras de urbanização, com a apresentação de seguro caução através da apólice n.º 100008207/200 no valor de €96.971,42 (noventa e seis mil, novecentos e setenta e um euros e quarenta e dois cêntimos) da seguradora COSEC, Companhia de Seguros de Crédito S.A..

**(Aprovado por unanimidade)**

### ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 01/95 UNIÃO DE FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS TERRA DA EIRA, AMOREIRA, LOTE 10 PROCESSO N.º 31483/U

Alteração ao alvará de loteamento n.º 1/95, inserido na Terra da Eira, Amoreira, para o lote 10, em nome de Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora a Rainha dos Apóstolos da Ramada, na União de Freguesias de Ramada e Caneças. De acordo com as condições constantes na informação técnica n.º 24/TP/DLOP/18 de 2018.06.13, constante de folhas 746 a 748 e de acordo com constante na informação n.º 24/APV/2018 de 2018.06.15 são propostas as seguintes alterações quanto às especificações urbanísticas do lote 10:

Alteração do uso previsto de habitação para atividades económicas (serviços);



Alteração do polígono de implantação da edificação, de forma a poder ficar adjacente à construção existente na parcela confinante a Norte, propriedade da mesma entidade e onde funciona o Jardim de Infância do Centro Paroquial da Ramada.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 06/2010  
PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DAS  
OBRAS DE URBANIZAÇÃO - TROVISCAL DE BAIXO  
UNIÃO DE FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS  
PROCESSO N.º 3976/L/OC**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 06/2010 e prorrogação do prazo para execução das obras de urbanização, em nome de António Sousa e Silva, Lda., inserido no Troviscal de Baixo, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, nas condições constantes na informação técnica n.º 69/OS/SAOU/18, de 2018.06.13, constante de folhas 1340 a 1341 do processo. De acordo com o proposto na informação n.º 24/APV/2018 de 2018.06.15, conforme o previsto no artigo 27.º, conjugado com o artigo 53.º do Decreto-Lei 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, é proposto:

A alteração ao projeto de arranjos exteriores;

A alteração (prorrogação) do prazo de execução da obra por mais 18 meses.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 593  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 593, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro (Casal dos Mochos), na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 11135, de 2018.06.01, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €6.268,85, (seis mil, duzentos e sessenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos), em nome de Pedro Henriques Sanches Ramos Jerónimo, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, nos termos da informação técnica n.º 17/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018, de 2018.06.06, e de acordo com o proposto na informação n.º 63.2018, de 2018.06.07.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS  
BAIRRO DOS PEDERNAIS LOTE A272  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote A272, da Rua D. Dinis, no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 10372, de 2018.06.05, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 903,00, (novecentos e três euros), em nome de Laura Maria da Silva Tiago, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 7/2001, de 07 de setembro, nos termos da informação técnica n.º 18/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018, de 2018.06.08, e de acordo com o proposto na informação n.º 64.2018, de 2018.07.08.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 743  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 743, da Rua Hortense Luz, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10273, de 2018.06.12, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 7.129,08, (sete mil cento e vinte e nove euros e oito cêntimos), em nome de Nuno Ricardo Costa Louro, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, nos termos da informação técnica n.º 19/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018 de 2018.06.15, e de acordo com o proposto na informação n.º 65.2018 de 2018.06.15.

**(Aprovado por unanimidade)**



## UNIDADES ORGÂNICAS

## DESPACHOS

## PRESIDÊNCIA

### DESPACHO N.º 29/PRES/2018

Assunto: Constituição do Grupo de Trabalho para revisão do Regulamento do Programa de Apoio Municipal de Odivelas

Considerando:

1. O Regulamento do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) está em vigor desde julho de 2015;
2. A necessidade de adaptar o atual Regulamento do PAMO às novas realidades das áreas por ele abrangidas: social, cultural, desportiva e da juventude.

Determino que seja constituído um Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de revisão do Programa de Apoio Municipal de Odivelas, com a seguinte composição:

- Vereador Edgar Valles – que preside;
- Vereadora Susana Santos;
- Vereador Paulo César Teixeira;
- Vereadora Mónica Vilarinho;
- DGEJCA/DCPCTB – Fernando Lopes;
- GVSS - Luís Gomes da Costa;
- DGEJCA - Gabriel Caetano;
- DGEJCA/DDD – Carlos Lérias
- DGEJCA/DCPTCB/SJ - Guida Uvaldo;
- Gabinete da Presidência – assessoria jurídica.

A proposta de revisão do PAMO deverá ser apresentada no prazo de 60 dias contados a partir da data da publicação do presente despacho.

Odivelas, 22 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

### DESPACHO N.º 30/PRES/2018

Assunto: Designação de Alexandra Isabel Loureiro Pereira Coelho Amaral como Coordenadora do Setor de Ação Social Escolar, nas áreas de Atividades de Animação e de Apoio à Família, e Transportes Escolares, e do Setor de Planeamento e Gestão da Rede Educativa, na área de Gestão de Equipamentos

Considerando que:

a) Nos termos do n.º 1, do artigo 267.º da Constituição da República Portuguesa, “A Administração Pública será estruturada de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efetiva...”;

b) Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, “A Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade” e “deve ser organizada... de forma não burocratizada”;

c) O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, estabelece que “A organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos...”;

d) Na estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas, alterada e republicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23, de 3 de dezembro, com as alterações introduzidas e aprovadas na 5.ª Reunião de Câmara da CMO, de 11 de março de 2015, conforme deliberação publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, n.º 5, de 27 de março de 2015, definem-se, no artigo 17.º, as atribuições da **Divisão de Educação (DE)**, nas quais se inserem nas subunidades orgânicas denominadas do **Setor de Ação Social Escolar, nas áreas de Atividades de Animação e de Apoio à Família, e Transportes Escolares**, e do **Setor de Planeamento e Gestão da Rede Educativa, na área de Gestão de Equipamentos**, que visam assegurar as AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família nos Jardins-de-Infância, a gestão dos Transportes Escolares e a Gestão das escolas do ensino básico e dos jardins-de-infância da rede pública;

e) O exercício de funções de coordenação da mencionada subunidade orgânica na prossecução dos objetivos estratégicos traçados pelo Município de Odivelas para a Educação, exige a coordenação de um Técnico que possua conhecimentos adequados e experiência profissional consolidada.





Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **designo a Dr.ª Alexandra Isabel Loureiro Pereira Coelho Amaral**, Técnica Superior do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, no âmbito da Divisão de Educação, como **Coordenadora do Setor de Ação Social Escolar, nas áreas de Atividades de Animação e de Apoio à Família, e Transportes Escolares, e do Setor de Planeamento e Gestão da Rede Educativa, na área de Gestão de Equipamentos**.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 22 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

#### **DESPACHO N.º 31/PRES/2018**

Assunto: Designação de Natália da Silva Freitas como Coordenadora do Setor de Ação Social Escolar, na área de Gestão de Refeitórios Escolares

Considerando que:

a) Nos termos do n.º 1, do artigo 267.º da Constituição da República Portuguesa, “A Administração Pública será estruturada de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efetiva...”;

b) Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, “A Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade” e “deve ser organizada... de forma não burocratizada”;

c) O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, estabelece que “A organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos...”;

d) Na estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas, alterada e republicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23, de 3 de dezembro, com as alterações introduzidas e aprovadas na 5.ª Reunião de Câmara da CMO, de 11 de março de 2015, conforme deliberação publicada no Boletim Municipal das

Deliberações e Decisões, n.º 5, de 27 de março de 2015, definem-se, no artigo 17.º, as atribuições **da Divisão de Educação (DE)**, na qual se insere a subunidade orgânica denominada **Setor de Ação Social Escolar**, na área de Gestão de Refeitórios Escolares, a qual visa assegurar a gestão dos refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas do ensino básico;

e) O exercício de funções de coordenação da mencionada subunidade orgânica na prossecução dos objetivos estratégicos traçados pelo Município de Odivelas para a Educação, exige a coordenação de um Técnico que possua conhecimentos adequados e experiência profissional consolidada.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **designo a Dr.ª Natália da Silva Freitas**, Técnica Superior do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, no âmbito da Divisão de Educação, como **Coordenadora do Setor de Ação Social Escolar, na área de Gestão de Refeitórios Escolares**.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 22 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Hugo Martins)



## VEREAÇÃO

### DESPACHO N.º 21/VEV/2018

Assunto: Nomeação da Dr.ª Natércia Alexandra Conde Garcia Bruno Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Natércia Alexandra Conde Garcia Bruno** como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe foram atribuídos.

Odivelas, 02 de julho de 2018

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

## OUTROS DESPACHOS

### DESPACHO N.º 01/DE/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito das competências subdelegadas no Chefe de Divisão de Educação.

Nos termos do n.º 3 do artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, subdelego, na Técnica Superior, **Dra. Lúcia Raquel Prior dos Santos**, durante o meu período de férias, de 02 a 06 de julho, o exercício da competência infra discriminada:

A assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito das competências subdelegadas no Chefe de Divisão de Educação, no **Setor Educativo e Pedagógico** e no **Setor de Intervenção e Sucesso Educativo**, da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos.

Odivelas, 25 de junho de 2018

O Chefe da Divisão de Educação

Por Subdelegação de Competências da Vereadora Susana Santos, através do Despacho n.º 05/VSS/2018, de 19/06/2018

(Gabriel Caetano)

### DESPACHO N.º 02/DE/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito das competências subdelegadas no Chefe de Divisão de Educação.

Nos termos do n.º 3 do artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, subdelego, na Técnica Superior, **Dra. Maria Isabel Gonçalves Dias**, durante o meu período de férias, de 02 a 06 de julho, o exercício da competência infra discriminada:

A assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito das competências subdelegadas no Chefe de Divisão de Educação, com exceção das áreas abrangidas pelo Despacho N.º 30/PRES/2018 e pelo Despacho N.º 31/PRES/2018, ambos de 22 de junho de 2018.

Odivelas, 25 de junho de 2018

O Chefe da Divisão de Educação

Por Subdelegação de Competências da Vereadora Susana Santos, através do Despacho n.º 05/VSS/2018, de 19/06/2018

(Gabriel Caetano)



**DESPACHO N.º 01/DFA/2018**

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito das competências subdelegadas na Chefe de Divisão Financeira e de Aprovisionamento no âmbito do Setor de Aquisições e Gestão de Stocks e Secção de Armazém

Nos termos do n.º 3 do artigo 16º da lei 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, subdelego na Técnica Superior, Dra. Claudia Alexandra Serra Catalão Borges Cardoso, durante o meu período de férias, de 02 a 06 de julho, o exercício da competência de assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito do Setor de Aprovisionamento e Gestão de Stocks e da Secção de Armazém, da Divisão Financeira e de Aprovisionamento.

Odivelas, 25 de junho de 2018

Por subdelegação de competência do Diretor Municipal  
Despacho n.º 4/DM/2017 de 31/10/2017

A Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento

(Susana Teixeira, Dra.)

**DESPACHO N.º 02/DFA/2018**

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito das competências subdelegadas na Chefe de Divisão Financeira e de Aprovisionamento no âmbito da Divisão Financeira e Aprovisionamento, com exceção do Setor de Aprovisionamento e Gestão de Stocks e da Secção de Armazém

Nos termos do n.º 3 do artigo 16º da lei 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, subdelego na Técnica Superior, Dra. Paula Cristina Moreira Fonseca, durante o meu período de férias, de 02 a 06 de julho, o exercício da competência de assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito da Divisão Financeira e Aprovisionamento, com exceção do Setor de Aprovisionamento e Gestão de Stocks e da Secção de Armazém.

Odivelas, 25 de junho de 2018

Por subdelegação de competência do Diretor Municipal  
Despacho n.º 4/DM/2017 de 31/10/2017

A Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento

(Susana Teixeira, Dra.)

**DESPACHO N.º 01/DTO/2018**

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito das competências subdelegadas no Chefe da Divisão de Transportes e Oficinas, no Técnico Superior Nuno Miguel Moreira dos Santos Guerra

Nos termos do estipulado no n.º 3 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, diploma que procedeu à adaptação na Administração Local da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua redação em vigor, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central Regional e Local do Estado, conjugado com os artigos 46º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro **subdelego**, no Técnico Superior, Dr. Nuno Miguel Moreira dos Santos Guerra, entre o dia 2 de julho de 2018 a 20 de julho de 2018, período em que me encontro de gozo de férias, a assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Transportes e Oficinas.

Odivelas 27 de junho de 2018

O Chefe da Divisão de Transportes e Oficinas  
Por subdelegação de competências do Sr. Vereador João Paulo António  
Despacho N.º 01/VJPA/2017

David Abel Viegas Martins





## EDITAIS

### **EDITAL N.º 061/PRES/2018**

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2000  
Bairro Granjas Novas –  
União das Freguesias de Ramada e Caneças**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas para o lote 215 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 14102/LO encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 6 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



## DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

### HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 07/PRES/2018, de 12 de janeiro, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de junho de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/7825, de 2018.06.29 (edoc/2018/41037):

#### Divisão de Habitação

##### Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2018/9917  
Interno/2018/5946 de 2018/05/24  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Rua Ilha do Faial - Pontinha - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/08

EDOC/2018/24258  
Interno/2018/5757 de 2018/05/22  
Assunto: Realojamento – Nome: Emílio Borges Vaz – Morada: Rua Serpa Pinto, n.º 27 – 1.º Drº - Odivelas  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto, face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA."  
Data da decisão: 2018/06/04

EDOC/2018/24302  
Interno/2018/4051 de 2018/04/16  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Rainha Santa Isabel - Famões - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/25711  
Interno/2018/4298 de 2018/04/23  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Helena Aragão – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/26236  
Interno/2018/4384 de 2018/04/24  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Vitorino Nemésio – Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/26267  
Interno/2018/4390 de 2018/04/24  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 7, Rua Vitorino Nemésio – Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/26464  
Interno/2018/4421 de 2018/04/26  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua Carlos Reis – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/26538  
Interno/2018/4427 de 2018/04/26  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Carlos Reis – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/26593  
Interno/2018/4435 de 2018/04/26  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Rua Carlos Reis – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/26656  
Interno/2018/4446 de 2018/04/26  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 46, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes - Odivelas - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/26802  
Interno/2018/4465 de 2018/04/27  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 15, Rua Dr. João Santos – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/26956  
Interno/2018/4487 de 2018/04/27  
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua António Aleixo – Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2018  
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."  
Data da decisão: 2018/06/06



EDOC/2018/26974

Interno/2018/4489 de 2018/04/27

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 14, Rua Fernão Lopes – Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/27068

Interno/2018/4505 de 2018/04/30

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 56, Bairro Olival do Pancas – Pontinha - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/27085

Interno/2018/4509 de 2018/04/30

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 23, Rua Palmira Bastos – Odívetas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/27480

Interno/2018/4622 de 2018/05/03

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 39, Rua Ilha da Madeira – Olival Basto - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/27637

Interno/2018/4596 de 2018/05/02

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11 (Lote I), Rua Combatentes 9 de Abril – Odívetas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/27936

Interno/2018/4641 de 2018/05/03

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Praceta dos Marinheiros – Pontinha - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/28576

Interno/2018/4762 de 2018/05/07

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Praceta Grão Vasco – Odívetas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/28609

Interno/2018/4775 de 2018/05/07

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 6, Rua Bordalo Pinheiro – Odívetas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/05

EDOC/2018/29893

Interno/2018/5020 de 2018/05/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Alvares Cabral – Odívetas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/30032

Interno/2018/5076 de 2018/05/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua Vitorino Nemésio – Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/30047

Interno/2018/5084 de 2018/05/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Aura Abranches – Ramada - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/30148

Interno/2018/5066 de 2018/05/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Rua Fernão Lopes – Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/30332

Interno/2018/5152 de 2018/05/14

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 12, Rua Cristóvão Colombo – Odívetas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/30779

Interno/2018/5253 de 2018/05/15

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Alves Redol – Odívetas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/06/06



EDOC/2018/30791

Interno/2018/5258 de 2018/05/15

Assunto: Proposta de Atribuição de fogo ao agregado de Sónia Pereira Dias Silva – Rua Helena Aragão, n.º 2 – 1º Esq. - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para os efeitos subsequentes."

Data da decisão: 2018/06/18

Decisão da Sra. Vereadora: De acordo com o proposto e face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de abertura de procedimento para a aquisição de serviços de acordo com proposta da Injectgás, Lda, cabimento prévio e compromisso, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7.

Data da decisão: 2018/06/08

EDOC/2018/30917

Interno/2018/5281 de 2018/05/15

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Rua Bordalo Pinheiro – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/31081

Interno/2018/5327 de 2018/05/16

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 25, Rua Tomás

Anunciação – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/31211

Interno/2018/5409 de 2018/05/17

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 21, Avenida dos

Bombeiros Voluntários – Pontinha - Pagamento de Quota

Extraordinária 2018

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."

Data da decisão: 2018/06/06

EDOC/2018/34023

Interno/2018/6170 de 2018/05/28

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 6, Rua Heróis de Mucaba

– Pontinha - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."

Data da decisão: 2018/06/15

EDOC/2018/34456

Interno/2018/6314 de 2018/05/30

Assunto: Cabimento Complementar Prohabita I – Acordo 328 para os meses de outubro a dezembro 2018

Decisão da Sra. Vereadora: "À Consideração do Sr. Presidente da Câmara, face ao informado com proposta de autorização do cabimento e compromisso e posterior envio ao DJGFP/DFA para os efeitos subsequentes."

Data da decisão: 2018/06/08

### **Sector de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação (SPCRH)**

Proc. n.º 12.03/22-2018

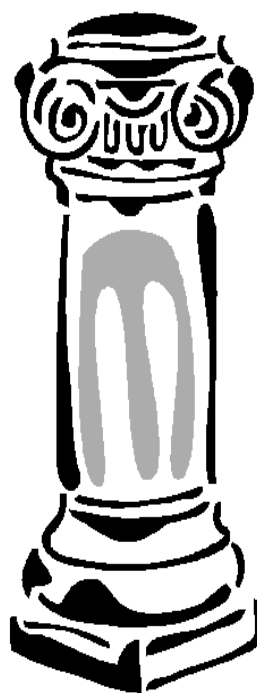
EDOC/2018/20148

Interno/2018/3668 de 2018/04/05

Assunto: Instalação de Contadores de Água em fogos municipais sitos na "Praceta Grão Vasco, n.º 2 – 2º Dtº e 3º Esq. – Bairro Gulbenkian – Odivelas"



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**







## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 21 de junho de 2018

## DELIBERAÇÕES

### VOTOS DE PESAR

#### VOTO DE PESAR

##### PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO ARNAUT

Presidente Honorário do Partido Socialista e um dos seus fundadores, António Arnaut morreu aos 82 anos, em Coimbra.

Poeta e escritor, Jurista ilustre, com mais de três dezenas de livros publicados, António Arnaut nasceu numa pequena aldeia do Concelho de Penela, distrito de Coimbra, em Janeiro de 1936 e envolveu-se desde jovem na oposição ao Estado Novo tendo participado na comissão distrital de Coimbra da candidatura presidencial de Humberto Delgado.

Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República foi também ministro dos Assuntos Sociais no II Governo Constitucional, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, tendo sido agraciado com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade e no ano de 2016 com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Militante sempre ativo da causa dos direitos sociais, António Arnaut será para sempre o «pai do SNS», pilar fundamental do Estado Social, conquista maior de Abril e uma das principais marcas da ação governativa do Partido Socialista.

Com a sua morte, Portugal perdeu um dos seus mais ilustres cidadãos, um político ímpar que serviu o país e a democracia, um lutador pela liberdade e pela democracia.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 21/06/2018, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de António Arnaut, um exemplo de entrega e dedicação à causa da Liberdade, da Democracia e de

defesa dos direitos sociais para todos os cidadãos e apresenta à sua família, amigos e Partido Socialista as suas mais sentidas condolências.

Enviar a: Partido Socialista e Família

*(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por unanimidade.)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por unanimidade)**

#### VOTO DE PESAR

##### PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR

Morreu o Pintor

Júlio Pomar, nascido em Lisboa, em Janeiro de 1926, frequenta ainda adolescente a Escola António Arroio e a Escola de Belas-Artes de Lisboa que trocará, em 1944, pela do Porto.

Foi um dos mais talentosos artistas plásticos do Portugal contemporâneo e personagem fundamental da pintura neo-realista portuguesa, a sua obra extravasou os domínios da pintura e do desenho, estendendo-se à cerâmica, à gravura e à escrita.

É num contexto de militância política que participa na aventura do neo-realismo, um movimento empenhado na transformação social e na luta contra a ditadura.

Resistente antifascista, a sua intervenção cívica valeu-lhe a prisão durante quatro meses, tendo sido companheiro de cela de Mário Soares, com quem partilhava um gosto contagiante pela vida e a quem viria a retractar enquanto Presidente da República.

Seguiu depois outras influências e outros caminhos, permanecendo como artista profundamente cosmopolita, sempre comprometido com o seu tempo e com o seu país, capaz de dialogar simultaneamente com as grandes correntes artísticas mundiais.

Os prémios e condecorações foram-se sucedendo: em 1993 é distinguido com o prémio AICA; em 2000, o prémio Celpa/Vieira da Silva e, em 2003, o Grande Prémio Amadeo de Souza-Cardoso.

As condecorações incluem a Grã-Cruz da ordem do mérito e a Ordem da Liberdade, em 2004.



A França tornou-o cavaleiro da ordem das artes e das letras no mesmo ano.

A sua obra, patente em grandes coleções públicas e privadas em Portugal e no estrangeiro, ficará para sempre perpetuada na Fundação que, em 2004, instituiu com o seu nome, assim como no Atelier-Museu Júlio Pomar.

Ao ver partir um dos nomes maiores da cultura portuguesa, o País fica claramente mais pobre.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 21/06/2018, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Júlio Pomar, e apresenta à sua família e amigos as suas mais sentidas condolências.

Enviar a: Família

*(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por unanimidade.)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por unanimidade)**

#### VOTO DE PESAR

##### **PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO LOJA NEVES**

Nascido na Madeira, em 1953, António Loja Neves morreu no passado dia 27 de maio. Era jornalista do Expresso há mais de 30 anos. Além de jornalista e escritor, trabalhou também na área do cinema, em programação, realização, e em festivais ou como júri.

Em 2001, ganhou o Prémio Revelação de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores em 2001, pelo livro Barcos, íntimas marcas. Recentemente, publicou, com Margarida Neves Pereira, o livro Arménia: Povo e identidade, pela Tinta-da-China.

Esteve na fundação da Federação Portuguesa de Cineclubes, da Apordoc - Associação Pelo Documentário e do Panorama - Festival do Documentário Português, foi co-organizador dos Encontros Internacionais de Cinema de Cabo Verde e comissariou mostras de filmes lusófonos em vários países. Foi diretor da revista Cinearma, passou pela Cinema Português e pelo semanário África. Realizou os documentários Ínsula (1993) e O silêncio (1999), o último com José Alves Pereira.

António Loja Neves foi ainda militante do Bloco de Esquerda e um dos fundadores do SOS Racismo, tendo sido uma das figuras centrais do movimento nos seus

primeiros anos de vida. Como referiu Mamadou Ba, dirigente do SOS Racismo: “Apaixonado por livros, cinema e Cabo Verde, Loja Neves participou em muitas das nossas atividades ao longo dos anos. Quer nas ações de formação (Tocha), quer nos debates em escolas, quer na elaboração de material didático, quer nos ciclos de cinema, quer na Agenda anual. Não apenas a participar, mas a organizar e a incentivar-nos nos momentos mais complexos (que os houve). Aprendemos muito com o seu espírito crítico e de militância solidária.”

Como escreveu o semanário Expresso, num artigo de Manuela Goucha Soares: “Foi contestatário até ao fim e morreu este sábado depois de uma tarde na Feira do Livro, a autografar o recém publicado “Arménia”. Era um avô que todas as segundas-feiras tomava conta do neto e um homem de paixões, causas e empenhamentos, que queria ter música cabo-verdiana no último adeus”.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 21 de junho de 2018, presta a sua homenagem à memória de António Loja Neves, expressa o seu pesar à família e amigo(a)s e fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem

*(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, CDU e BE e com a abstenção das bancadas do CDS/PP e do PPD/PSD)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

#### VOTO DE SAUDAÇÃO

#### VOTO DE SAUDAÇÃO

##### **PELA MANUTENÇÃO DA CIRCULAÇÃO DO METROPOLITANO NA LINHA AMARELA ENTRE A ESTAÇÃO DE ODIVELAS E A ESTAÇÃO DO RATO**

Há alguns meses surgiram notícias sobre a intenção da mudança no serviço do Metropolitano na Linha Amarela, com a alteração da ligação entre a Estação de Odivelas e do Rato, passando esta circulação a ser realizada entre Odivelas e a Estação de Telheiras em privilégio da futura Linha Circular anunciada pela Tutela.

Desde o primeiro momento, o Presidente da Câmara Municipal Hugo Martins empreendeu todos os esforços na defesa dos interesses dos munícipes de Odivelas e





utentes deste modo de transportes públicos, contra a intenção da alteração anunciada para o percurso do metropolitano na Linha Amarela.

Este anúncio veio trazer estupefação e preocupação aos utentes do serviço de metropolitano que usam diariamente esta linha e que em 2017 registaram cerca de 11,5 milhões de entradas e saídas nas Estações de Odivelas e do Sr.º Roubado.

Passado este tempo, as diligências e esforços do Presidente da Câmara Municipal Hugo Martins para inverter esta intenção surtiram o efeito desejado e trouxeram clareza sobre este assunto.

No passado dia 7 de Junho em reunião entre o Presidente da Câmara Municipal de Odivelas e o Ministro do Ambiente João Pedro Matos Fernandes, foram dadas todas as garantias que a circulação da Linha Amarela entre a Estação de Odivelas e do Rato vai manter-se e integrará a circulação da futura Linha Circular.

Os utentes da Linha Amarela, onde se verificaram em 2017 mais de dezoito milhões de entradas e saídas nas estações a Norte da Estação do Campo Grande têm motivos para ficarem satisfeitos pelos esforços desenvolvidos.

A Assembleia Municipal de Odivelas reunida na 3.ª Sessão Ordinária de 2018, delibera:

1. Saudar o Executivo da Câmara Municipal de Odivelas na pessoa do seu Presidente Hugo Martins, pelo sucesso obtido nas diligências e esforços desenvolvidos para anular a intenção do Ministério do Ambiente em alterar a circulação na Linha Amarela entre a Estação de Odivelas e a Estação do Rato para a circulação entre a Estação de Odivelas e a Estação de Telheiras.

*(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS e PAN, contra das bancadas do PPD/PSD e CDS/PP e abstenção das bancadas da CDU e do BE.)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

## MOÇÕES

### MOÇÃO

#### SAUDAÇÃO À 11ª FESTA DA DIVERSIDADE

Considerando que:

1. No último fim de semana (16 e 17 de junho) realizou-se a 11ª Festa da Diversidade, no Jardim da Ribeira das Naus, em Lisboa;
2. O evento trouxe ao encontro, no espaço público, os vários saberes, sabores, perfumes e sons do mundo, com dignidade, respeito e igualdade;
3. Portugal é um país multicultural e, isto é hoje em dia, um facto inegável. Contudo, o país continua a não ser um espaço intercultural, porque a afirmação da sua diversidade cultural continua ainda presa aos estereótipos da xenofobia e do racismo e há pouca ou quase nenhuma interação entre as várias culturas. A Festa da Diversidade procurou romper com essa realidade;
4. Esta festa pretende estimular outros saberes do mundo, saborear os outros sabores do mundo, conhecer e sentir as outras sonoridades do mundo. Mais do que celebrar a diversidade, o que propôs a Festa da Diversidade é contribuir para o diálogo intercultural que permita, para além de reconhecer e aceitar a diferença, vivenciá-la e praticá-la com respeito;
5. Este ano, a Festa da Diversidade foi precedida por um ciclo de debates sobre um vasto leque de temas relacionados com a problemática do racismo e das desigualdades. Tendo sido a regularização dos imigrantes, a alteração da lei da nacionalidade, o direito de votos dos imigrantes e a recolha de dados étnico-raciais as bandeiras desta 11ª edição;
6. A Festa da Diversidade é uma organização do SOS Racismo, com o apoio de diversas entidades e que contou com a participação de dezenas de associações e de ativistas. A primeira edição da festa realizou-se em 1999 e desde então dezenas de artistas viveram a festa, dando o melhor de si a todas e todos que apenas querem (re)encontrar o reforço da interculturalidade;
7. No atual momento histórico as migrações estão no centro das atenções mediáticas, apesar dessa centralidade não ter correspondência direta nas políticas de circulação de pessoas e no apoio às e aos refugiados. A diversidade tem que ser festejada, mas principalmente tem que ser vivida!



8. O crescimento da extrema direita, um pouco por todo o mundo, tem levado ao agravamento das condições de vida de milhares de pessoas que têm de fugir dos seus países, por motivos políticos, religiosos, económicos ou outros. Recentemente, Itália recusou receber um barco com mais de 600 pessoas. Já a Hungria segue a sua trajetória de radicalização, aprovando ainda mais medidas contra cidadãos e cidadãs estrangeiros e quem os apoia;

9. Esta quarta-feira, dia 20 de junho, assinalou-se o Dia Mundial dos Refugiados e que tanto há por fazer no sentido de traduzir em medidas concretas a retórica política dominante sobre esta temática, quer seja na União Europeia, em Portugal ou mesmo em Odivelas.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 21 de junho de 2018, delibera:

1. Congratular as entidades promotoras, em particular o SOS Racismo, pela realização de mais uma edição da Festa da Diversidade;
2. Saudar as instituições públicas que apoiam o movimento associativo na organização e promoção de eventos como a Festa da Diversidade;
3. Exortar a Câmara Municipal de Odivelas a apoiar projetos do movimento associativo que tenham em vista a promoção da inclusão, o fomento da interculturalidade e a prática da diversidade;
4. Apelar a todas as entidades públicas, que desenvolvam políticas concretas que permitam promover a interculturalidade.

Enviar a: Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao SOS Racismo, à Câmara Municipal de Lisboa e à comunicação social.

*(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, CDU e BE, contra da bancada do CDS/PP e com a abstenção da bancada do PPD/PSD)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

## MOÇÃO

### “PALAVRA DADA É PALAVRA HONRADA?”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma moção com o título “Palavra dada é palavra honrada?” (documento n.º 5), que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a moção rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PPD/PSD e PAN, contra das bancadas do CDS/PP e PS.

**(Rejeitada por maioria)**

## MOÇÃO

### COMBATER A HOMOFOBIA E A TRANSFOBIA

Considerando que:

No passado sábado, dia 16 de junho, teve lugar mais uma Marcha do Orgulho LGBT, em Lisboa. O desfile que juntou milhares de pessoas decorreu entre o Jardim do Príncipe Real e a Ribeira das Naus;

A Marcha decorreu com o habitual ânimo, alegria e frases de ordem que pretendem dar visibilidade às pessoas LGBTI, às suas famílias e chamar a atenção para os atos de discriminação de que essas pessoas são vítimas;

“A sociedade tem de sair do armário” foi uma das frases de ordem da marcha deste ano e foi um dos motes para as intervenções que as e os promotores do evento fizeram na Festa da Diversidade, onde terminou o desfile;

O veto presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa à lei da identidade de género também não foi esquecido. Para um ato civil não pode ser aceitável a exigência de uma declaração médica, defenderam vários manifestantes;

Tal como o preconceito, as e os LGBTI’s existem transversalmente na nossa sociedade. São médicos, artistas, professores, advogados, políticos, etc; são colegas de trabalho e amigos; são tios e tias, primos e primas, irmãos e irmãs e pais e mães. Muitas vezes, somos nós próprios ou o vizinho que temos ao lado;

Já em 9 de julho de 2015, a Assembleia Municipal de Odivelas aprovou, por maioria das eleitas e dos eleitos, uma recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda para a criação de uma secção LGBTQI na Biblioteca Municipal D. Dinis.

O Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia (IDAHOT - International Day Against Homophobia and Transphobia) comemora-se a 17 de maio, data em que a Organização Mundial de Saúde retirou, em 1992, a homossexualidade da sua lista de doenças mentais;



Com esse dia pretende criar-se uma consciência global para o fenómeno da homofobia e transfobia. Hoje, todos somos chamados a contribuir para uma sociedade mais inclusiva, que rejeita todas as formas de discriminação sem violência, sem homofobia nem transfobia. Sendo que várias instituições portuguesas já assinalam esse dia com o hastear da bandeira arco-íris. símbolo da luta pelos direitos das pessoas LGBTI;

Ao contrário do compromisso assumido no mandato anterior, perante uma proposta do Bloco de Esquerda, a Câmara Municipal de Odivelas não hasteou a bandeira arco-íris no passado dia 17 de maio.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 21 de junho de 2018, delibera:

Recomendar ao executivo da Câmara Municipal que apoie solidariamente a comunidade LGBTI, passando a juntar-se às celebrações do Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia, hasteando a bandeira arco-íris todos os anos, no dia 17 de maio;

Saudar a Marcha LGBT de Lisboa, todas e todos os que nela participaram e todas as organizações que fizeram com que liberdade colorida saísse às ruas com muito orgulho;

Exortar a Assembleia da República a reconfirmar a lei da identidade de género, por forma a assegurar que as e os cidadãos que pretendam alterar o género no documento de identificação pessoal possam fazê-lo sem a obrigatoriedade de um parecer médico.

Enviar a: Órgãos de soberania, grupos parlamentares representados na Assembleia da República, à Associação ILGA Portugal (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero), à Associação Opus Gay, à AMPLOS (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual), à Rede Ex Aeq

*(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, CDU e BE e contra das bancadas do PPD/PSD e CDS/PP)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

## MOÇÃO

### **CONDENAÇÃO DA SEPARAÇÃO DE CRIANÇAS DOS PAIS E FAMILIARES NA FRONTEIRA ENTRE OS EUA E O MÉXICO**

Considerando que:

1. Nos últimos dias, o mundo teve conhecimento da existência de campos de detenção junto à fronteira entre os Estados Unidos e o México, nos quais se encontram pelo menos duas mil crianças imigrantes, sem qualquer possibilidade de contacto com os seus pais e famílias;
2. O maior controlo das fronteiras e separação das crianças dos seus pais e familiares tem como objetivo a dissuasão do fluxo migratório para o país;
3. Apesar de ter sido anunciada uma alteração nessas políticas, vários responsáveis políticos dos EUA têm manifestado a sua concordância com essa prática. Enquanto isso, genericamente, a comunidade internacional tem condenado veementemente essa falta de respeito pelos Direitos Humanos dessas pessoas;
4. Também esta semana, os Estados Unidos da América anunciaram a saída do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Decisão que mereceu o elogio imediato de Israel, que há décadas incumpe deliberações desse órgão;
5. Esta quinta-feira, no Largo Camões, em Lisboa, e no Largo Carlos Alberto, no Porto, realiza-se uma concentração contra "um ato cruel e de flagrante violação de direitos humanos." Na convocatória do evento, os organizadores afirmam: "Manifestamos a nossa indignação e protesto veementes contra esta política desumana e indigna de qualquer sociedade civilizada e democrática, e exigimos que estas famílias sejam reunidas e livres de prosseguirem a sua vida. Certos de que esta reação é largamente partilhada, convocamos uma concentração contra a separação de crianças migrantes nos EUA."

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 21 de junho de 2018, delibera:

1. Condenar veementemente a política de separação de crianças dos seus pais e familiares, na fronteira entre os EUA e o México;
2. Saudar todas e todos os que se concentram em defesa do direito destas crianças não serem separadas dos pais e familiares, valorizando os Direitos Humanos e a liberdade de circulação, particularmente num momento em que políticas nacionalistas e xenófobas estão a alastrar em vários pontos do globo

Enviar a: todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa e à comunicação social



*(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, CDU e BE, contra da bancada do CDS/PP e com a abstenção da bancada do PPD/PSD)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

## RECOMENDAÇÕES

### PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

#### **REPARAÇÃO DE PASSEIOS NA RUA JOSÉ CARLOS ARY DOS SANTOS**

Considerando que:

1. A Concelhia de Odivelas do Bloco de Esquerda foi convidada a visitar a Rua José Carlos Ary dos Santos, na Ramada, por forma a conhecer alguns problemas que ali existem;
2. Nessa rua e no seu seguimento encontrámos os passeios em más condições, como demonstram as imagens abaixo;
3. Os passeios têm a calçada esburacada, bem como o lancil do passeio está danificado em várias zonas ao longo da rua;
4. Esta situação dificulta a circulação pedonal de pessoas, particularmente das que têm mobilidade condicionada e pode colocar em risco a sua segurança;
5. À semelhança do que vimos na Rua José Carlos Ary dos Santos, em muitos outros lugares do concelho existem problemas semelhantes;
6. A competência de reparação e manutenção de passeios e calçadas é da Câmara Municipal e não está delegada nas juntas de freguesia.



Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 21 de junho de 2018, recomenda ao executivo municipal que:

1. Repare os passeios, que se encontram danificados na Rua José Carlos Ary dos Santos, na Ramada, no prazo de quatro meses;
2. Desenvolva um plano calendarizado de intervenções em passeios que permitam a melhoria da qualidade de vida das populações e garantam a segurança e o conforto necessários à circulação pedonal.

*(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, CDU, PPD/PSD e BE e com a abstenção da bancada do CDS/PP)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

### RECOMENDAÇÃO

Atendendo às queixas dos munícipes em relação às farmácias e à revelia das regras comerciais com que desenvolvem a actividade, em prejuízo dos clientes/utentes em especial dos mais carenciados, a saber:

- 1 – Falta de afixação do Alvará camarário de farmácia.
- 2 – Ausência frequente de preços dos produtos não comparticipados ou não considerados medicamentos, em que concorrem com os restantes estabelecimentos.



3 – Falta sistemática de medicamentos aos preços de referência e tidos como máximos nas receitas.

4 – Informação tendenciosa sobre os genéricos ou equivalentes que onera desnecessariamente a factura da saúde e torna inacessível aos que têm fracos recursos.

5 – O abuso na venda de analgésicos e anti-inflamatórios que não carecem de receita médica mas essenciais à qualidade de vida.

Recomenda-se que dentro das competências da CMO sejam efectuadas as fiscalizações justificadas e carreada a informação para as entidades competentes que se justifique sempre que se constata a prestação de um mau serviço.

*(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS e CDS/PP, contra da bancada da CDU e com a abstenção da bancada do PPD/PSD, PAN e BE)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

## VOTO DE HOMENAGEM

### VOTO DE HOMENAGEM

#### **A TODOS OS SOLDADOS ALIADOS QUE MORRERAM EM COMBATE NO DESAMBARQUE NA NORMANDIA - DIA-D NO 6 JUNHO DE 1944**

Fez no passado dia 6 Junho 2018, 74 anos que, no dia 6 de Junho de 1944, ocorreu o desembarque das tropas aliadas na Normandia no Noroeste de França. Este dia é considerado por muitos historiadores como um dos mais importantes acontecimentos militares da história contemporânea e sem sombra de dúvida da Segunda Guerra Mundial, que seria decisivo na vitória dos aliados contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), mas sobretudo contra um regime nazi criminoso que semeou o terror por quase toda a Europa.

A região era dominada pelos alemães na chamada Muralha do Atlântico. Os aliados, desembarcaram com mais de 300 mil homens. Os aliados usaram senhas e informações falsas sobre o desembarque, estratégia importante para confundir as tropas alemãs.

Após duras batalhas, esta operação militar, mais conhecida por operação Overlord, funcionou e os aliados venceram. Esta vitória foi crucial para o avanço dos aliados rumo a vitória sobre a Alemanha em 1945.

Estes homens, na sua grande maioria muito jovens acabariam por mudar o rumo da história. Uma grande parte destes heróis morreram em combate, mas a sua coragem jamais poderá ser esquecida!

A Assembleia Municipal de Odivelas reunida a 21 Junho de 2018 gostaria de prestar a sua homenagem a todos estes homens que lutaram pela liberdade, libertando a Europa da tirania nazi.

*(Documento apresentado pela bancada do PPD/PSD – Aprovado por unanimidade)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de junho de 2018

**(Aprovado por unanimidade)**

## INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas em exercício foi colocado à consideração do plenário a abertura e fecho do ponto 1 “Informação escrita sobre a atividade financeira do Município” que será discutido na próxima sessão de Assembleia Municipal, passando de imediato ao Ponto 2 da presente Ordem de Trabalhos.

**(Aprovado por unanimidade)**

## CONTAS CONSOLIDADAS 2017

### PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2017

Presente para deliberação os documentos da “Prestação de Contas Consolidadas 2017” do Município de Odivelas, relativa ao ano de 2017, assim como o Resultado Líquido Consolidado do Exercício no valor de €9.109.327,55, e sua incorporação na conta 59 – “Resultados Transitados”, de acordo com o proposto na informação n.º 2018/6698, de 2018.06.07, aprovada na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 13 de junho





de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 12 de 2018*, página 7), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal de Odivelas para deliberação.

**(Aprovado por maioria)**

Ponto 5 – Proposta de aprovação do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Odivelas, após consulta pública;

Ponto 6 – Representante da Assembleia Municipal de Odivelas no Conselho da Comunidade.

**(Aprovado por unanimidade)**

## CONTRATAÇÃO PÚBLICA

### AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIMPEZA URBANA NO CONCELHO DE ODIVELAS

Presente para deliberação o ponto referente a “Proposta de Procedimento para Contratação Pública por Concurso Público de Aquisição de Prestação de Serviços de Limpeza Urbana em várias Zonas do Concelho de Odivelas”. Autorização da despesa relativa ao procedimento para contratação pública, por concurso público, de aquisição de prestação de serviços de limpeza urbana em várias zonas do Concelho de Odivelas, com um preço base de €525.200,00 (quinhentos e vinte cinco mil e duzentos euros), considerando o prazo contratual de 12 (doze) meses eventualmente renovável por mais dois períodos de igual duração, acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/6139, de 2018.06.11, aprovada na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 13 de junho de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 18 de 2018*, página 8), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal de Odivelas para deliberação.

**(Aprovado por maioria)**

## PONTOS PENDENTES

### PASSAGEM DE PONTOS PARA UMA PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas, em exercício, foi proposto à votação a passagem dos pontos 4, 5 e 6 para serem agendados numa próxima Sessão da Assembleia Municipal.

Ponto 4 – Proposta de desafetação do domínio público para integrar o domínio privado municipal da parcela de terreno contígua à escola EB1/JI Quinta das Dálias, designada por "Parcela A", com a área de 344,24 m², sita no Bairro Casal das Queimadas, Freguesia de Famões, atualmente União das Freguesias de Pontinha e Famões;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 10.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 28 de junho de 2018

#### DELIBERAÇÕES

#### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

##### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

##### **PELA INAUGURAÇÃO DA 2.ª FASE DO PARQUE URBANO DA RIBEIRADA**

No passado dia 22 de Junho foi inaugurada a 2ª fase da Valorização Paisagista do Parque Urbano da Ribeirada em Odivelas, projeto orçado em mais de 220 mil euros.

Com este evento oficial fica disponível para a população do Município de Odivelas mais um equipamento público que vem cimentar o processo de qualificação do Espaço Público do nosso Município.

A finalização deste projeto paisagístico e urbano vem valorizar e qualificar o nosso território com mais 12 mil metros quadrados de espaço verde e de lazer que vem reforçar a Estrutura Ecológica Municipal e contribuir para o sistema natural e cultural da paisagem do território de Odivelas.

Também a qualidade de vida e ambiente urbano que a população passa a usufruir é melhorado com esta ampliação do Parque Urbano da Ribeirada, onde foi criado um novo parque infantil e espaços de permanência integrados com a envolvente habitacional.

A Assembleia Municipal de Odivelas reunida na 10.ª Sessão Extraordinária de 2018 delibera:

1. Congratular o Executivo da Câmara Municipal de Odivelas pela execução do projeto da 2ª fase de Valorização Paisagística do Parque Urbano da Ribeirada e contributo para valorização e qualificação do Espaço Público do Município de Odivelas;

*(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Maioria, com os votos a favor da bancada do PS, com os votos contra da bancada do PPD/PSD e com as abstenções das bancadas do BE, do PAN, da CDU e do CDS/PP)*

Odivelas, 28 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

#### MOÇÕES

##### MOÇÃO

##### **ODIVELAS CIDADE ECOLÓGICA**

Cada vez mais as sociedades ganham uma maior consciência ambiental. Cada vez mais existe uma maior responsabilidade sobre as nefastas consequências do lixo que diariamente produzimos. Cada vez mais existe informação sobre essas consequências.

Em vários territórios, nomeadamente europeus, estão a dar passos importantes no desenvolvimento das eco-cidades e das cidades-inteligentes. A nível mundial a China apresenta-se como verdadeira pioneira da mudança para este paradigma ecológico e auto-suficiente através da necessidade urgente que têm.

Em Portugal um projecto piloto a ser desenvolvido na autarquia de Almada, promete revolucionar a nossa relação com a reciclagem. Em Odivelas porém, não existe uma política ambiental que seja pioneira, aventureira ou sequer minimamente ambiciosa. Apesar de existirem alguns ecopontos espalhados pelo concelho, a verdade é que ainda estamos muito longe do aceitável. 1 ecoponto ao lado de cada contentor de resíduos indiferenciados. Isto é o mínimo aceitável. Não podemos continuar a fingir que fazemos o que podemos, porque além de não ser minimamente verdade também não é suficiente.

##### **Considerando que:**

- Odivelas é um dos concelhos com maior densidade populacional por quilómetro quadrado

- As escolhas ambientais existentes não estão a dar resposta às necessidades

##### **O PAN propõe que a Assembleia Municipal de Odivelas delibere:**

- Elaboração de um estudo sobre o actual estado ambiental do concelho. Particularmente sobre a reciclagem com a inceneração e Ação dos SIMAR.



- Que a Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente Ordenamento do Território e Ambiente, acompanhe o estudo efetuado para definir um plano para responder às necessidades ambientais a médio e longo prazo.

- Que seja implementado no site da Câmara Municipal de Odivelas um mapa indicando a localização de todos os ecopontos disponíveis no concelho.

- Que o plano de ação seja partilhado com os SIMAR.

Que esta medida seja o início de uma revolução ambiental em Odivelas, e que sirvamos de exemplo para outras autarquias no país.

*(Documento apresentado pela bancada do PAN – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PPD/PSD, CDU, BE, PAN e com a abstenção da bancada do CDS/PP)*

Odivelas, 28 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

#### MOÇÃO

##### **“SAUDAÇÃO AO MURPI - O MURPI NASCEU COM OS VALORES DE ABRIL”**

Pela bancada da CDU, foi apresentada uma moção de saudação ao MURPI, com o título “O MURPI nasceu com os valores de abril”, (documento n.º 3)”, que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a moção rejeitada por maioria, com os votos contra da bancada do PS, com os votos a favor das bancadas do PPD/PSD, CDU, BE e PAN e com a abstenção da bancada do CDS/PP.

**(Rejeitada por maioria)**

#### MOÇÃO

##### **PELA URGENTE ALTERAÇÃO DA LEI QUE IMPEDE AS INDEMINIZAÇÕES, AOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR DOENÇAS E/OU ACIDENTES PROFISSIONAIS**

O regime legal de acidentes em serviço e doenças profissionais foi gravemente revertido pela Lei 11/2014, de 6 de Março, da autoria do anterior governo PSD/CDS, a introduzir uma inqualificável e inconstitucional alteração ao artigo 41.º, n.º 1, alínea b), do D. Lei 503/99 de 20 de Novembro.

Esta alínea, impede os trabalhadores, a quem foi atribuída uma incapacidade parcial permanente, de acumular o seu rendimento com a justa indemnização devida.

A realidade - um trabalhador em funções públicas, vítima de acidente de trabalho ou de doença profissional e a quem tenha sido reconhecida uma incapacidade permanente parcial e determinado o justo pagamento da indemnização, não só não recebe esse valor indemnizatório mensal, como depois na reforma, o montante a que justamente tem direito ser-lhe-á retirado do valor da sua aposentação, contrariamente ao que sucede com o regime geral dos acidentes de trabalho.

Ou seja, pese embora ter sofrido um acidente ou doença profissional, prejudicando a sua vida, a sua saúde, o seu desempenho, a sua carreira, o trabalhador não recebe qualquer valor indemnizatório!

Há alguma “redundância” entre rendimento do trabalhador - contrapartida pelo seu trabalho diário - e justa reparação pelo dano sofrido por acidente de trabalho ou doença profissional? Esta situação constitui uma grosseira perversão do regime legal e as clamorosas injustiças que encerra são incompatíveis com um verdadeiro Estado de Direito Democrático.

A Assembleia Municipal de Odivelas reunida em sessão extraordinária exorta a **Assembleia da República, a que, fazendo justiça, proceda à urgente ponderação desta matéria e, consequentemente revogue a absurda norma legal atrás citada, com expressa salvaguarda de todas as situações prejudicadas pela referida alteração de um regime incompatível com os princípios constitucionais da igualdade, da justa reparação e da confiança.**

*(Documento apresentado pela bancada da CDU – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU e do BE, com os votos contra das bancadas do PPD/PSD, e do CDS/PP e com abstenção da bancada do PS e do PAN)*

Odivelas, 28 de junho de 2018

**(Aprovado por maioria)**

#### PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÃO

##### PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

##### **“PELA REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSIA DO RIO DA COSTA NO FINAL DA RUA VASCO DA GAMA”**

Pela bancada do BE, foi apresentada uma proposta de recomendação com o título “Pela requalificação da travessia do Rio da Costa no final da Rua Vasco da Gama”, (documento n.º 5)”, que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a proposta de recomendação





rejeitada por maioria, com os votos contra da bancada do PS, com os votos a favor da bancada da CDU, do BE e PAN e com as abstenções das bancadas do PPD/PSD e CDS/PP.

**(Rejeitada por maioria)**

#### PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

##### **“PELO REFORÇO DOS PROGRAMAS DE APOIO PÚBLICO À MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DO EDIFICADO”**

Pela bancada do BE, foi apresentada uma proposta de recomendação com o título “Pelo reforço dos Programas de Apoio Público à manutenção e reabilitação do edificado”, (documento n.º 6), que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a proposta de recomendação rejeitada por maioria, com os votos contra da bancada do PS, com a abstenção das bancadas do PPD/PSD, CDU e CDS/PP e com os votos a favor das bancadas do BE e do PAN.

**(Rejeitada por maioria)**

#### PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

##### **“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE EVENTO”**

Pela bancada do CDS/PP, foi apresentada uma proposta com o título “Proposta de Recomendação de Divulgação de Evento”, (documento n.º 9)”, que será transcrito em ata. Colocada à votação foi a proposta rejeitada por maioria, com os votos contra das bancadas do PS, do PPD/PSD, e do BE, e com os votos a favor da bancada do CDS/PP.

**(Rejeitada por maioria)**

## VOTO DE REPÚDIO

#### VOTO DE REPÚDIO

##### **“AGRESSÕES RACISTAS NA NOITE DE SÃO JOÃO NA CIDADE DO PORTO”**

Pela bancada do BE, foi apresentado um voto de repúdio com o título “Agressões racistas na noite de São João na cidade do Porto”, (documento n.º 7)”, que será transcrito em ata. Colocado à votação foi o voto de repúdio rejeitado por maioria, com os votos contra das bancadas do PS, e do CDS/PP, com a abstenção da bancada do PPD/PSD, e com os votos a favor das bancadas da CDU, do BE e do PAN.

**(Rejeitado por maioria)**

## VOTO DE PESAR

#### VOTO DE PESAR

##### **PELO FALECIMENTO DE MANUELA FERREIRA**

Manuela Ferreira, 68 anos, jornalista, fundadora da secção do Partido Socialista da Ramada, autarca, dirigente associativa e membro do MOC – Movimento Odivelas a Concelho, faleceu na passada segunda-feira.

Entrou na agência ANOP em 1980 e a sua vida profissional esteve, durante décadas, ligada ao jornalismo de agência, onde desempenhou vários cargos como editora – do Piquete da noite, do País – e como coordenadora do serviço Nacional e do serviço Internacional.

Manuela Ferreira foi a primeira mulher a ser delegada da agência ANOP em Moçambique, numa altura em que aquele país era presidido por Samora Machel.

Entre maio de 1987 e setembro de 1988, Manuela Ferreira foi cooperante da República de Cabo Verde, país onde trabalhou no jornal “Voz di Povo”, tendo colaborado igualmente com o Diário de Notícias e a Tribuna.

Foi eleita do Partido Socialista à Assembleia de Freguesia da Ramada entre 2005 e 2009, tendo feito parte da Comissão Política Concelhia de Odivelas do Partido Socialista.

Ligada desde sempre às causas cívicas e à participação cívica e associativa como cidadã, fez parte em Odivelas, do Movimento Odivelas no Coração - associação cívica e Senado de Odivelas - associação cívica, sendo-lhe reconhecida uma abnegação impar às causas da liberdade e da solidariedade.

Manuela Ferreira, foi acima de tudo, mãe cuidadora, cidadã impar na defesa da democracia e dos valores da liberdade, trabalhadora e dedicada em tudo o que se envolvia. **Uma cidadã e uma mulher da nossa cidade de Odivelas, que serviu a cidade e os odivelenses.**

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 28/06/2018, **manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuela Ferreira**, e apresenta à sua família e amigos as suas mais sentidas condolências.

- enviar para a família.

*(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Unanimidade)*

Odivelas, 28 de junho de 2018

**(Aprovado por unanimidade)**



## DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO

### **PARCELA DE TERRENO NA RUA DO OLIVAL BAIRRO CASAL DAS QUEIMADAS UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES**

Presente para deliberação a proposta de desafetação do domínio público, para integrar o domínio privado municipal, da parcela de terreno contíguo à escola EB1/JI Quinta das Dálías, designada por “parcela A”, com a área de 344,24 m<sup>2</sup>, sita na Rua do Olival, Bairro Casal das Queimadas, União de Freguesias de Pontinha e Famões, Concelho de Odivelas, à qual foi atribuído, para efeitos registrais, o valor de € 1.032,72 (mil e trinta e dois euros e setenta e dois cêntimos), confrontando a norte com propriedade privada (Lotes 103, 104, 105 do Alvará de Loteamento n.º 4/2009), a sul com a Rua das Dálías, a nascente com propriedade privada, a poente com a Rua do Olival, de acordo com a informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas com o n.º Interno/2018/1952, de 2018.02.16, aprovada na 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 21 de março de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 6 de 2018*, página 10), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal de Odivelas para deliberação.

**(Aprovado por unanimidade)**

## CONSELHO DA COMUNIDADE

### **REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS NO CONSELHO DA COMUNIDADE**

Presente para deliberação, a proposta para eleição de um representante da Assembleia Municipal de Odivelas no Conselho da Comunidade, [alínea b) do n.º 1 do artigo 31 do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de novembro, que procede à quarta alteração do diploma mencionado], de acordo com a proposta de deliberação n.º 04/AM/2018, de 26 de abril de 2018, arquivada na pasta da presente sessão.

Foi apresentada a Proposta A, pela bancada do PS, que propõe o Membro Corália Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pontinha/Famões, para representante da Assembleia Municipal de Odivelas no Conselho da Comunidade;

Foi colocado à votação por escrutínio secreto, a Proposta A, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Proposta A:

Votos a Favor: 22

Votos Brancos: 10

Votos Nulos: 4

Assim foi aprovada a Proposta A, sendo o representante da Assembleia Municipal de Odivelas no Conselho da Comunidade, a Presidente da Junta de Freguesia de Pontinha/Famões, Corália Rodrigues.

## CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO

### **REGULAMENTO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO DE ODIVELAS APÓS CONSULTA PÚBLICA**

Presente para deliberação a proposta de Regulamento Conselho Municipal do Desporto de Odivelas, de acordo com o proposto na informação Interno/2018/ 4289, de 2018.04.23, aprovada na 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 07 de maio de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2018*, página 11), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal de Odivelas para deliberação.

A presente proposta de regulamento foi deliberada na 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 21 de fevereiro de 2018 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4 de 2018*, página 9), e submetida a Consulta Pública, nos termos do disposto no artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo, efetuada pelo Edital n.º 25/PRES/2018, de 2 de março de 2018, publicado no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4 de 2018*, página 18 e anexo.

[Publica-se em anexo no final do presente Boletim o *Regulamento Conselho Municipal do Desporto de Odivelas*]

**(Aprovado por maioria)**



**NOTA RETIFICATIVA**

**RETIFICAÇÃO AO BOLETIM MUNICIPAL  
DAS DELIBERAÇÕES E DECISÕES N.º 3 DE 2017**

No *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3 de 2017*, de 7 de fevereiro, na página 10, na publicação com o título “Concessão da gestão e exploração do Centro Cultural Malaposta”, referente à deliberação por parte da Câmara Municipal de Odivelas de Adjudicação da Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural Malaposta ao concorrente “Minutos Redondos, Lda.”, por lapso, foi feita a menção que a mesma carecia de deliberação em Assembleia Municipal, o que não está correto. Na sequência da autorização concedida pela Assembleia Municipal de Odivelas na sua 9ª sessão extraordinária de 2016, nos termos do artigo 25º n.º 1 alínea p) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos e de acordo com o proposto na informação dos serviços com o n.º Interno/2017/103, de 2017.01.17, a referida aprovação carece apenas de deliberação por parte do órgão executivo do Município.





# **ANEXO**

## **REGULAMENTO**

### **CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO DE ODIVELAS**





**REGULAMENTO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO DE ODIVELAS**







## REGULAMENTO

### **Conselho Municipal do Desporto de Odivelas**

#### Preâmbulo

*Considerando que:*

- a) As autarquias, em particular os Municípios, pela sua proximidade com a população, são os órgãos de poder que mais facilmente poderão desenvolver condições para uma efetiva participação de cidadãos na definição de planos de intervenção;
- b) O desenvolvimento desportivo assume, no contexto atual, um papel fundamental na criação de hábitos de vida saudáveis e na conquista de uma melhor qualidade de vida;
- c) A Câmara Municipal de Odivelas entende que as associações desportivas desempenham uma importante função social, não só na inestimável contribuição para o desenvolvimento do desporto bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres, nomeadamente das camadas mais jovens;
- d) A Câmara Municipal de Odivelas reconhece a importância e o trabalho dos dirigentes desportivos associativos para o progresso e desenvolvimento integrado do Concelho, na área desportiva;
- e) O Município pretende reforçar o fomento da prática associativa através da concertação de iniciativas e da participação ativa dos representantes do movimento associativo desportivo do concelho;
- f) A autarquia entende como indispensável a criação de um espaço de debate e de diálogo sobre as orientações da política desportiva municipal;
- g) A criação de estruturas consultivas como um elemento importante do exercício da democracia participativa por parte do movimento associativo, eixo expresso na Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu artigo 48.º, como será sobretudo um meio eficaz de estímulo à gestão da autarquia;
- h) Com a congregação de esforços com várias entidades públicas e privadas se conseguirá atingir os objetivos, criando condições desportivas efetivas e generalizadas, sendo esta uma competência e obrigação das autarquias locais na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações, na certeza que o desenvolvimento desportivo é um dos anseios da população de Odivelas, tendo em vista uma melhoria da qualidade de vida;
- i) A criação do Conselho Municipal do Desporto, sendo embora um órgão consultivo, promoverá a análise e o debate participado, concorrendo para o desenvolvimento sustentado e para a implementação de políticas desportivas de acordo com a vontade, os meios, a racionalidade de aplicação dos recursos e o empenho, quer dos agentes desportivos concelhios quer dos responsáveis municipais.



Nestes termos, e tendo por base:

- I. Os princípios fundamentais consagrados na CRP, nomeadamente o art.º 79.º que refere “Todos têm o direito à cultura física e ao desporto”, devendo, por isso, concretizar políticas concretas para a prática desportiva;
- II. O consagrado na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, nomeadamente no disposto nos artigos 2.º a 5.º, n.º 1 do 6.º e números 1 e 2 do artigo 8.º em que se dá cumprimento ao tutelado na CRP;
- III. Sendo uma das competências do Município as atribuições em termos de tempos livres e desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro e 50-A/2013, de 11 de novembro e alterada pelas Leis n.ºs 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (RJAL);
- IV. Tendo os Municípios a competência regulamentar prevista nos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa;
- V. As Competências da Câmara Municipal para elaborar Regulamentos, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL;
- VI. As Competências da Assembleia Municipal para deliberar sobre os Regulamentos que a Câmara Municipal proponha, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do citado RJAL;
- VII. Ao abrigo do disposto no artigo 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo,

Regula-se do seguinte modo o Conselho Municipal de Desporto de Odivelas:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º (Objeto)

O presente Regulamento estabelece a natureza, composição, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal do Desporto de Odivelas, adiante designado abreviadamente por *CMDO*.



**Artigo 2.º**  
**(Noção)**

O *CMDO* é um órgão consultivo da Câmara Municipal de Odivelas para as áreas do Desporto.

**Artigo 3.º**  
**(Objetivos)**

O *CMDO* tem como objetivos gerais:

- a) Sugerir medidas de promoção do Desporto nas diferentes áreas no Município;
- b) Sugerir medidas de promoção da participação dos diversos agentes e parceiros desportivos locais na análise da política desportiva local e nacional;
- c) Sugerir medidas de fomento da prática desportiva da comunidade local em todo o Município;
- d) Acompanhar a evolução da política desportiva municipal.

**Artigo 4.º**  
**(Competências)**

Compete ao Conselho:

- a) Emitir pareceres por solicitação dos Órgãos Municipais sobre o desenvolvimento da política desportiva municipal;
- b) Pronunciar-se sobre os projetos municipais relativos a matérias de desenvolvimento desportivo;
- c) Propor a adoção de medidas que conduzam à observância de princípios da ética desportiva;
- d) Sugerir medidas a adotar no âmbito da formação dos agentes desportivos (dirigentes, técnicos, praticantes, etc.);
- e) Refletir criticamente sobre os níveis de sucesso desportivo concelhio;
- f) Analisar os problemas que afetam os clubes e associações desportivas, apresentando propostas, sugestões e/ou recomendações;
- g) Emitir parecer sobre os critérios de Apoio ao Associativismo Desportivo e pronunciar-se sobre o Regulamento do Apoio ao Associativismo da Autarquia;
- h) Propor iniciativas ou eventos desportivos a realizar no âmbito do Plano de Atividades da autarquia;
- i) Pronunciar-se sobre outros aspetos não enunciados, mas que integrem o espírito de colaboração e participação e se relacionem com a implementação da política desportiva municipal.

**Artigo 5.º**  
**(Composição)**

1. Integram o *CMDO* os seguintes elementos:

- a) O Presidente da Câmara Municipal, que assumirá o cargo de Presidente do *CMDO*;
- b) O Vereador em quem tenha sido delegado o Pelouro do Desporto, que assegura a substituição do Presidente, nas suas ausências e impedimentos;
- c) Um representante da Assembleia Municipal;



- d) Os vogais com o pelouro do desporto das Juntas de Freguesia/União de Juntas de Freguesia do município;
  - e) O Presidente de cada clube do concelho, ou seu representante, que no final da época imediatamente anterior, preencha os seguintes requisitos:
    - i. Modalidades Coletivas (Definição do Instituto Português do Desporto e Juventude) com 15 ou mais participantes;
    - ii. Modalidades Individuais (Definição do Instituto Português do Desporto e Juventude) com 15 ou mais participantes;
  - f) O Coordenador do Desporto Escolar de cada Agrupamento de Escolas do concelho, ou seu representante;
  - g) Um representante do Instituto Superior de Ciências Educativas (ISCE);
  - h) Um representante das Federações Desportivas com sede no Concelho.
2. Podem ainda participar, sem direito a voto, nas reuniões alargadas do *CMDO*, mediante convite, representantes de entidades públicas e privadas, legalmente constituídas, que desenvolvam fins de âmbito desportivo, social, cultural e recreativo ou individualidades de reconhecido mérito social e desportivo, cuja presença seja considerada útil.
3. O *CMDO* poderá deliberar a constituição de comissões restritas, que atuarão de acordo com as matérias a analisar ou projetos específicos a desenvolver, podendo, nesse âmbito, tomar as decisões que entender necessárias.

#### Artigo 6.º (Mandato)

- 1. Os membros do *CMDO* são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico.
- 2. Os membros do *CMDO* tomam posse perante o seu Presidente;
- 3. As entidades com assento no *CMDO* podem substituir os seus representantes neste órgão ou em reuniões do mesmo, mediante comunicação, por escrito, ao presidente, com a antecedência mínima de 72 horas relativamente à reunião seguinte.

#### Artigo 7.º (Perda de Mandato)

- 1. Perdem o mandato os membros do *CMDO* que faltem, injustificadamente, a três reuniões seguidas.
- 2. As respetivas entidades deixarão de ter assento no *CMDO*, até final do período do mandato.

#### Artigo 8.º (Competências do Presidente)

- 1. O *CMDO* é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, podendo ser substituído pelo Vereador do Pelouro.
- 2. Compete ao presidente:
  - a) Convocar as reuniões nos termos do Regulamento;
  - b) Abrir e encerrar as sessões;
  - c) Dirigir os respetivos trabalhos, podendo suspendê-los ou encerrá-los antecipadamente sempre que situações excecionais o justifiquem;



- d) Assegurar o envio dos pareceres emitidos pelo *CMDO* para os serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem;
- e) Proceder às substituições dos representantes nos termos do presente Regulamento;
- f) Assegurar a elaboração das atas.

## CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

### Artigo 9.º (Funcionamento)

- 1. O *CMDO* reúne 2 vezes no ano, em sessões ordinárias e extraordinariamente sempre que o Presidente entender conveniente.
- 2. As reuniões ordinárias são convocadas pelo presidente, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, constando da respetiva convocatória a ordem de trabalhos proposta, o dia, hora e local em que a mesma se realiza.
- 3. As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, com a antecedência mínima de 5 dias, constando da respetiva convocatória a ordem de trabalhos proposta, o dia, hora e local em que a mesma se realiza.
- 4. O *CMDO* reúne, por solicitação de um mínimo de um terço dos seus membros, através de proposta por escrito dirigida ao seu Presidente, com um prazo de trinta dias antes da data solicitada para a realização da mesma.
- 5. A forma da convocatória será aquela que se acordar no início de cada mandato, nomeadamente por correio eletrónico ou via postal.
- 6. Em cada reunião será concedido um período de 60 minutos para discussão de propostas apresentadas pelos conselheiros.

### Artigo 10.º (Mesa)

A mesa do plenário será constituída pelo Presidente e por dois secretários eleitos.

### Artigo 11.º (Quórum e deliberação)

- 1. O *CMDO* funciona com a maioria dos seus membros na 1.ª Convocatória.
- 2. Decorridos trinta minutos sobre a hora marcada, o *CMDO* reúne com os membros presentes.
- 3. As deliberações são tomadas por maioria simples, tendo o presidente voto de qualidade.
- 4. Nos termos do disposto no Código de Procedimento Administrativo, tratando-se de um órgão consultivo, não haverá lugar a abstenção das propostas colocadas a votação.

### Artigo 12.º (Atas das reuniões)

- 1. De cada sessão será lavrada uma ata na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente, as faltas verificadas, os assuntos apreciados, o resultado das votações e as declarações de voto.



2. As atas são postas à aprovação de todos no final da reunião ou no início da seguinte.
3. As atas serão elaboradas sob responsabilidade do Presidente e devem ser rubricadas pelos membros que nela participem.
4. Qualquer membro ausente na reunião de uma ata na qual conste ou se omita tomadas de posição suas pode, posteriormente, juntar declaração à respetiva ata.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Artigo 13.º (Casos Omissos)

Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal.

#### Artigo 14.º (Entrada em Vigor)

O presente Regulamento entra em vigor depois de decorridos quinze dias após a sua publicação, nos termos legais.